

CIÊNCIA COMO CRITÉRIO DE VERDADE NO IMAGINÁRIO DAS REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS

Lavina Madeira Ribeiro

RESUMO

Este artigo reflete sobre a crescente centralidade da ciência como critério de verdade na conformação do imaginário social contemporâneo criado pela mídia, em especial, pela televisão fechada brasileira. A ciência racionaliza a experiência humana em campos como saúde, natureza, criminalidade e consumo. Como representação simbólica e prática social, tem um poder cada vez maior de estabelecer e consolidar padrões de concepção da realidade culturalmente hegemônicos capazes de orientar a ação dos indivíduos.

ABSTRACT

This article deals with the central position where science is into the contemporary social imaginary created by media, specially, by brazilian cable television. Science brings up the very concept of truth through a rationalization of experience in fields like health, nature, criminal actions and consuming society. As a representation and practice, science has a quite strong power into the dynamic of contemporary hegemonic cultural patterns of reality that guides individual action.

PALAVRAS-CHAVE

Imaginário, televisão fechada, ciência, verdade, representação

KEYWORDS

Imaginary, cable television, science, truth, representation

Mídia, Ciência e Imaginário

O tema da presente reflexão consiste no lugar, cada vez mais central, que a ciência ocupa no imaginário social contemporâneo como critério de verdade para práticas, valores e concepções de realidade. A mídia participa ativa e cotidianamente deste processo, sedimentando a ciência como instância privilegiada na dinâmica de suas representações.

Tal assertiva resulta, em particular, da análise das representações simbólicas produzidas pela programação da televisão fechada brasileira, cuja diversidade de gêneros e conteúdos constitui um celeiro de exploração permanente de novas fronteiras do imaginário social. Parte significativa e crescente destes conteúdos tem a ciência como fonte de validação discursiva. Está presente em gêneros diversos como o informativo, o publicitário, o documental e o ficcional. Invade desde as regiões mais veladas da intimidade ao funcionamento das instituições sociais. A ciência racionaliza a compreensão

da natureza e da experiência humana, alimentando, por sua vez, uma configuração fortemente utilitarista do imaginário social. Isto põe em relevo as condições de possibilidade da ação humana, a força mobilizadora e formativa deste imaginário social, o poder inerente às suas representações, o reforço, como diz Baczkko, da “*dominação efetiva pela apropriação dos símbolos*”, a garantia da “*obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio*” (BACZKO: 1985, 299)

A televisão fechada brasileira foi criada com a finalidade de ampliar o espectro de mensagens disponíveis ao telespectador nacional, a partir de premissas fundadas na busca do enriquecimento, da diversificação e maior aprofundamento das representações da experiência social contemporânea, em especial, daquela relativa ao país e às suas imensas diferenças, desigualdades e particularidades socioeconômicas, políticas e culturais. De acordo com o Artigo 3º, da Lei que criou o assim chamado “Serviço de TV a Cabo”, sua destinação seria “*promover a cultura universal e nacional, a diversidade de fontes de informação, o lazer e o entretenimento, a pluralidade política e o desenvolvimento social e econômico do País.*” Este novo sistema televisivo, entretanto, conquistou uma restrita, porém significativa, audiência de cerca de 7,5% da população do país, com programações audiovisuais oriundas dos grandes produtores norte-americanos e alguns europeus. E, deste modo, inaugurou a entrada efetiva de uma parcela importante do público brasileiro em uma esfera de comunicação global. No ambiente brasileiro de televisão fechada, operadoras vinculadas às Organizações Globo detêm mais de 75% das assinaturas, configurando um quadro de evidente monopólio no setor. A maioria dos seus canais oferecem programações oriundas primordialmente dos EUA (cerca de 85%) e os demais transmitem programações oriundas da Inglaterra, Itália, Espanha, Alemanha e América Latina.

Imaginário e sujeito se constituem mutuamente nos limites de um tempo histórico. As instituições midiáticas já se desenvolveram ao ponto de manter um sofisticado sistema de produção de sentido, de valores, comportamentos e práticas. Num processo que resulta em forte padronização de estilos de vida e formas de concepção da realidade. Isto leva à formação de imaginários ancorados em modelos produzidos articuladamente pelos diversos sistemas de comunicação e que tendem a generalizar consensos sobre tematizações levadas à esfera pública midiática. Nestes termos, sujeito, suas práticas e o imaginário que os orienta, na interação com a esfera midiática, sofrem limitações próprias à natureza destes consensos provisória e continuamente criados, mantidos e transformados nos processos formativos de padrões identitários hegemônicos.

Nas representações dos programas de expressiva audiência na televisão fechada brasileira, por mais que a intenção e a abordagem sejam de cunho científico, nos elementos formais mobilizados para construí-las, como enquadramentos, planos, tomadas, iluminação, entre outros, são incorporadas variáveis estéticas que atribuem a estas representações uma carga emocional, um apelo sensorial que ultrapassa a assepsia da linguagem científica. Tais representações são dotadas de apelos emocionais e afetivos capazes de gerar processos de identificação e familiaridade com os imaginários sociais.

Segundo Giddens, a identidade se ancora no que ele denomina de “*colonização do futuro*” (GIDDENS: 1992, 275) onde o passado se apresenta como objeto a ser “*reinventado*”, nos limites internos de desenvolvimento dos seus sistemas abstratos de conhecimento. Ocorre o que ele chama de “*seqüestro da experiência*”, ou seja, um processo produzido pelas instituições sociais que traduz em termos técnicos questões morais básicas inerentes à condição humana (sexualidade, loucura, morte, criminalidade,

doença e natureza). Esta é a dimensão de “vigilância” e de “controle” das instituições sociais sobre as práticas e autorrepresentações dos indivíduos, a qual consiste em garantir aos indivíduos as bases de sua necessária “segurança ontológica”, responsável pela administração das crises existenciais individuais, pela consolidação de uma permanente “confiança” nos sistemas abstratos, pelo desencadeamento da agência humana e aceitação da realidade. Isto cria uma esfera de “influências sociais” em parte incontroláveis pelos indivíduos e em parte apropriáveis por eles e sujeitas a redefinições, num movimento que ao mesmo tempo conferem poderes aos indivíduos para o gerenciamento de suas trajetórias e lhes negam a possibilidade de vivenciar seus impasses morais dentro de um campo imaginativo diversificado.

As instituições de comunicação sustentam, de forma hegemônica e exaustiva, a tematização da vida cotidiana com base nestes sistemas abstratos, no discurso científico. Esta é, por excelência, a fala autorizada no âmbito da publicidade midiática para legitimar e consolidar modelos de sociabilidade e de interação social e, assim como para mobilizar imaginários sociais capazes de alimentar a formação de identidades.

Para Giddens, o conhecimento científico tem substituído a tradição no movimento de busca dos indivíduos por fontes de segurança ontológica. A insegurança gerada pelas transformações sociais e suas rupturas de estruturas tradicionais é enfrentada pela absorção de sistemas abstratos de conhecimentos – teorias, conceitos e descobertas – que, apesar de voláteis, mantém níveis aceitáveis de segurança e ordem. Segundo Giddens, “*em todas as sociedades, a manutenção da identidade pessoal, e sua conexão com identidades sociais mais amplas, é um requisito primordial de segurança ontológica*”. (GIDDENS, BECK, LASH: 1994. 100) As sociedades atuais, enquanto sociedades pós-tradicionais, enfrentam as incertezas da vida incorporando o conhecimento especializado desde o âmbito mais íntimo da vida privada àquele da vida pública. Esta apropriação se impregna na experiência da vida cotidiana, nos estilos de vida, na esfera do trabalho, assim como nos imaginários socialmente compartilhados.

Esta concepção da reflexividade ancorada em sistemas especialistas é uma afirmação categórica com ambição explicativa sobre os mecanismos operativos e dinamizadores da vida social. Assusta, de certo modo, crer que esta dinâmica tenha, como recurso central, sistemas científicos cujos critérios evolutivos nem sempre respeitam limites éticos e humanistas. Para Giddens, a ciência, os sistemas abstratos e a tecnologia têm papel central na experiência, no modo como indivíduos leigos se atualizam sobre questões de relevância pessoal e pública. Ele se baseia em evidências advindas, seja do modo como o mundo sistêmico, econômico e tecnológico absorve suas crises, como diz Habermas, auto-aplicando retroativamente procedimentos resultantes de suas próprias leis internas, sem prestar contas às repercussões de seus sistemas funcionalmente diferenciados para setores mais amplos da sociedade, seja em razão do recurso ao conhecimento científico como fonte legitimadora da discursividade pública política e comunicativa, por mais provisórios, parciais e superficiais que sejam os termos deste recurso. Segundo ele, a ciência tem-nos colocado diante de situações novas onde tradicionais fundamentos morais e éticos são questionados do ponto de vista de sua imanência à natureza humana. Fixar tais parâmetros, na atualidade, depende de uma vontade discursivamente manifesta em esferas públicas, onde a mídia tem grande relevância. (HABERMAS: 2004, 46)

As sociedades primitivas possuíam mecanismos restritivos e auto-reguladores de natureza religiosa e mítica que se faziam onipresentes e capazes de controlar a conduta dos

seus membros. O mesmo ocorre, de forma tão restritiva e intensa, nas sociedades atuais, pelo imperativo da ciência, por mais que seus símbolos - provisórios, mutáveis e falíveis - sejam criações de seus membros, eles têm correspondência com os símbolos e mitos do imaginário primitivo. E a mídia cumpre uma finalidade institucional fundamental ao ser a instância que reverbera, para todo o tecido social, os símbolos, os valores, os padrões comportamentais, os sistemas explicativos da racionalidade técnico-científica e assim promovem a regulação, a integração e relativa estabilidade do processo social. Vive-se, de certo modo, sob o encantamento “mágico” de significações coletivizadas pelas instituições midiáticas, com grande força “civilizatória” sobre processos identitários, de individuação e dos contornos e limitações da dinâmica das representações do imaginário social.

Na relação entre tempo e imaginário, o primeiro atua como mecanismo demarcador de padrões correlatos ao decorrer da maturação física dos indivíduos, o segundo orienta as ações humanas dentro de uma realidade imaginada socialmente. A cada etapa deste processo, corresponde um conjunto de referenciais simbólicos valorativos, práticas culturais, auto-imagens com exigências de autocontrole amplamente tematizadas na produção segmentada, dirigida e diversificada da mídia. Necessidades, dúvidas, expectativas, emoções, carências, ambições e riscos de cada fase são os temas recorrentes da representação midiática da experiência humana.

No entender de Elias, a vida nas sociedades contemporâneas é marcada com precisão. Há uma coordenação numérica de ordem temporal que semanticamente atua “*ao ser utilizada como uma designação simbólica abreviada de diferenças biológicas, psicológicas e sociais bem conhecidas*”. Ela, segundo ele, “*desempenha um papel importante no sentimento de identidade pessoal e de sua continuidade através do que denominamos de ‘curso do tempo’*” (ELIAS: 1998a, 57). A irreversibilidade do tempo é uma variável estável que confere validade e pertinência aos processos significativos e imaginativos correspondentes a cada fase do decorrer desta ordem temporal inevitável.

Entende-se, assim, como tais marcações favorecem a legitimação argumentativa de prescrições comportamentais, valorativas e racionalizadoras do autoentendimento dos indivíduos acerca de sua mortalidade oferecidas continuamente pela mídia, cuja sofisticação simbólica na atualidade a torna capaz de abranger todo o arco do tempo de uma vida humana, desde a tenra infância, onde são oferecidas programações infantis, histórias em quadrinhos, aconselhamentos psicológicos para pais e outros gêneros de produções midiáticas, até a idade avançada. Para cada momento deste percurso temporal irreversível, a mídia oferece um acervo de sistemas abstratos referenciais capazes de garantir o autocontrole, a racionalização da experiência e a relativa integração dos indivíduos no interior da teia social.

Segundo Durand, a imaginação simbólica é a negação da morte: “*o símbolo surge como restabelecedor do equilíbrio vital comprometido pela noção de morte*” (DURAND: 1988, 100). A ciência assume nos dias atuais, de certo modo, idêntica função, contraditoriamente racional e mítica, porque apresenta critérios racionais para a ação apoiada em premissas que se propõem verdadeiras, porém míticas em sua pretensão de neutralidade.

Ciência e Imaginação da Vida

O tema de maior exploração no universo simbólico da televisão fechada brasileira é o da medicina. Isto se deve, segundo Beatriz Sarlo, porque “*a democracia midiática é insaciável*

em sua voracidade pelas vicissitudes privadas que se transformam em vicissitudes públicas". (SARLO: 1997, 123) Ela se faz presente em todas as fases da vida humana, da sua gestação à velhice. Por meio de gêneros como documentários, programas de auditório e de entrevistas, cujas estruturas são dinamicamente renovadas pela assimilação de elementos de outros gêneros, como o ficcional e o noticioso, imagens, textos e músicas abordam, por exemplo, a formação do ser humano ainda no útero, com detalhes explicativos de todo o processo de surgimento e desenvolvimento de cada parte do corpo, com filmagens feitas dentro do útero materno. Tais imagens permitem visualizar de forma realista um processo nunca antes visto. Acrescentam ao imaginário contemporâneo elementos que nos associam às demais espécies do planeta, nos tornam cúmplices da vida orgânica, capazes de assumi-la como verdade intrínseca às leis da genética e da ligação visceral com o ciclo vital da natureza.

Há programas dedicados ao nascimento. “*A Chegada do Bebê*”, por exemplo, se passa no hospital, onde são acompanhados os partos. Eles ressaltam a autoridade do médico, seus procedimentos e decisões, demonstrando o quanto este momento depende de sua presença, conhecimento e intervenção, e de todo o aparato tecnológico hospitalar. As imagens nas salas de cirurgia expõem a intimidade feminina, partes de seus corpos, além de suas dores, medos e dúvidas, reações a medicamentos, assim como o próprio parto em si. São imagens de forte realismo. Os programas são feitos em grandes hospitais dos EUA, com uma sofisticada ala obstétrica, muitos recursos físicos, instalações higiênicas, máquinas de monitoramento contínuo, além de médicos, residentes e enfermeiras sempre presentes. Assistir a estes programas deixa pouca ou nenhuma margem para a imaginação de outras formas de dar à luz que possam substituir a intervenção médica, a tecnologia e as instalações hospitalares.

Depois de nascido, o programa “*História de um Bebê*”, apresenta os procedimentos recomendados por pediatras, nutricionistas, enfermeiras e psicólogos sobre os cuidados com o recém-nascido em seus dias e meses iniciais de vida. As imagens ressaltam o contraste entre a fragilidade do bebê e a “eficaz” segurança dos especialistas, demonstrando como a vida depende deles para se desenvolver. Os papéis da mãe e do pai são definidos dentro deste complexo de atores, interligados entre si, criando laços de dependência dos pais com os profissionais de saúde.

Para a infância e adolescência há programas que orientam os pais como “corrigir” e “educar” os filhos de modo a que internalizem valores como hierarquia paterna, obediência, assim como regras de convívio familiar e papéis sociais, no sentido de torná-los capazes de internalizar o imaginário das sociedades contemporâneas que envolve esta fase da vida. Os conflitos nunca têm uma origem clara, parecem decorrer exclusivamente do desconhecimento do saber especializado, do imperativo de regras estudadas e propostas pela psicologia da infância e da adolescência. Tais regras estão para além de variáveis advindas da personalidade dos pais, de suas experiências de vida e trabalho e outras contingências, limitações e dificuldades próprias da vida em sociedades complexas e desiguais. Um modelo de educação e comportamento é ensinado e se cristaliza no imaginário da relação entre pais e filhos como o padrão correto a ser seguido.

Quando adultos e mesmo na velhice, padrões de saúde e beleza se impõem pelos instrumentos da engenharia química, nutricional, fisioterápica, esportiva e cirúrgica. Há um conjunto de programas dedicados aos cuidados com a saúde, cujos argumentos se apóiam em estudos sobre o funcionamento dos órgãos, a atuação de alimentos e substâncias e

atividades físicas que definem o imaginário de uma vida “saudável”. As receitas cientificamente legitimadas desta vida “saudável” se impõem para além do histórico fisiológico de cada ser humano, das suas condições práticas de sobrevivência, de trabalho, da sua capacidade de lidar com obstáculos, fatalidades e insucessos.

Os programas alimentam o mito de um ser humano capaz de viver em equilíbrio físico perfeito. Este ideal de saúde está no horizonte de um imaginário possível, por mais que ele não seja alcançado. Ele é a idealidade de uma condição física que “pode” ser realizada por indivíduos que “são” capazes de superar quaisquer obstáculos e contingências que a vida apresenta. O mito do corpo saudável se confunde com o estado de pura natureza, despe-se dos riscos, das limitações individuais e pressões da sociedade e se reencontra enquanto corpo puramente natural.

O corpo doente e acidentado, construído, reconstruído, salvo, reconstituído, os enigmas diagnosticados, legitimam a medicina como ciência com poderes ilimitados em suas realizações. Le Breton fala ainda do corpo indesejado: “*a procriação in vitro separa a fecundação da maternidade, tende hoje a dissociar a criança da gravidez para transformá-la em pura criação da medicina.*” (LE BRETON: 2003, 75) A contingência das doenças, dos acidentes, das anomalias físicas e mentais oferece um terreno de inesgotáveis possibilidades de representação midiática, alimentando a continuidade de programas por anos a fio na grade dos canais. São realizados programas em gêneros e formatos diversos, que abrangem seriados médicos, acompanhamento do cotidiano de salas de emergência de grandes hospitais, cobertura das atividades de especialistas em cirurgias plásticas, em doenças terminais e de outros tipos, documentários sobre indivíduos com distúrbios incomuns, como gigantismo, gêmeos siameses, obesidade mórbida, deformidades físicas raras, patologias mentais, entre outras.

Ao explorar de forma heróica e inquestionável as múltiplas fronteiras de ação da ciência médica, a mídia atua como força reguladora da vida social. Suas representações alimentam imaginários derivados da experiência concreta de indivíduos anônimos expostos em suas privações, medos, desejos e esperançosa confiança no instituto médico. Os espectadores não têm como saber quantas vezes a ciência falhou, porque os programas ocultam a morte e momentos de ineficácia da prática médica. O imaginário daí resultante fornece referenciais coletivos de entendimento da experiência individual, equaciona interpretações e expectativas e orienta a ação coletiva. Além disto, prestigia e privilegia a ciência médica como prática e conhecimento hegemônicos em meio ao repertório limitado de padrões de ação e de representações coletivas que guiam uma ordem social. Como afirma Baczkó, “*o simbolismo da ordem social, da dominação e submissão, das hierarquias e privilégios é quantitativamente limitado e tem uma fixidez notável*”. (BACZKO: 1985, 299)

A Natureza Imaginada pela Ciência

Quando a ciência se aproxima da natureza, o critério de verdade está na sua capacidade de reproduzi-la, racionalizá-la, operacionalizá-la e instrumentalizá-la como meios para fins dados e ilimitados. Sua racionalidade técnica não requer consenso, ela se impõe em sua aplicabilidade. Nesta perspectiva são apresentados muitos programas que exploram a vida natural do planeta. Prevalece, em todos eles, o que Durand denomina de “*regime diurno da imagem*”. Nele, os símbolos da luz enfrentam a escuridão, permitem a “*prática da elevação imaginária*” (DURAND: 2002, 146), com ideais de potência verticalizantes e ascensionais. São símbolos de conquista heróica da natureza, por meio da arma do conhecimento, que

transcende suas obscuras ameaças e instaura a razão luminosa, solar, cuja força de seus significados assegura aos indivíduos a imaginação de poderes de domínio sobre a mesma. A maioria dos programas sobre a natureza são, aparentemente, documentários. Eles representam, em geral, o contato real do pesquisador com seu objeto de estudo. O enredo envolve, muitas vezes, grandes desafios, como aproximar-se de tempestades, vulcões ativos, navegar em mares gelados e revoltos, escalar íngremes montanhas, mergulhar em grandes profundidades marinhas, adentrar reservas, florestas e pântanos com animais selvagens vivendo em liberdade, como crocodilos, hipopótamos, leões, leopardos, elefantes, serpentes, tubarões, sapos, aranhas, plantas e insetos venenosos que, aparentemente, ameaçam a vida do estudioso em sua busca pelo conhecimento destas espécies. A trama se desenvolve em torno de certos objetivos apresentados pelo pesquisador. Apesar do suspense e das expectativas criadas ao longo do processo de alcançá-los, fatores que somam aos programas apelos emocionais e sensacionalistas, os “corajosos” e pertinazes pesquisadores sempre atingem parte dos resultados almejados.

O cientista se envolve em tarefas imprevisíveis, onde, por exemplo, tenta amarrar a boca de crocodilos, aproximar-se de fêmeas selvagens com suas proles recém-nascidas, alimentar gorilas, capturar cobras com mais de 12 metros, filmar tubarões, entre outras inúmeras cenas. A imprevisibilidade do desfecho, o suspense e o perigo iminente tornam estes pesquisadores particularmente heróicos, fixando no imaginário dos espectadores a importância indubitável do conhecimento científico da natureza, como modo racional, objetivo e necessário ao entendimento de espécies distintas dos seres humanos e ao imperativo de domínio do homem sobre a natureza.

A importância crescente do imaginário que defende a preservação das espécies do planeta, sem que nem sempre, entretanto, questione a hegemonia do imperativo científico, resulta, de certo modo, da imaginação implícita de que assim como os humanos têm biologicamente “direitos”, o mesmo vale para as demais espécies, segundo Rorty, algo que nos conecta com o mundo animal, vegetal e mineral e lhes confere uma “*dignidade moral*”. (RORTY: 1997, 48). E tal dignidade, se expressa, em grande medida, nas imagens esteticamente pungentes que acompanham estes programas. Cenários plasticamente grandiosos representados por longas tomadas aéreas de vales e montanhas em regiões praticamente desconhecidas pelos espectadores, de cardumes de peixes nadando em círculo, saltos de golfinhos e baleias, marcha de pingüins, migrações de aves, relações afetivas entre pais, mães e filhotes nas regiões de procriação. Um campo infindável de representações da vida natural que tende a criar uma relação de generosidade da ciência para com a natureza. Ela explora, classifica e zela pela sua existência. O espetáculo é generoso com a natureza e com o espectador, mesmo quando os programas expõem os efeitos nocivos da tecnologia que estão ameaçando a biosfera terrestre. Mesmo quando a ciência violenta a natureza, os esclarecimentos dos especialistas, seus alertas, dados e preocupações não os levam a deixar de buscar na própria ciência a solução para estes problemas.

Esta ciência heróica, aventureira, generosa, comprometida, solidária e universalista apresenta assim sua face mítica. Segundo Denise, o mito se mantém nas representações midiáticas, quando “*pesquisador e espectador não aparecem como sujeitos de uma prática informacional*” (SIQUEIRA: 1999, 138), a estética da forma mitifica a fala autorizada, que prescinde de uma esfera argumentativa dialógica para se impor enquanto verdade.

A Ciência contra o Crime

Outro espaço explorado continuamente pelos programas concerne à legitimação da ciência, da tecnologia e das instituições responsáveis pela defesa e controle das ameaças e riscos potenciais das sociedades contemporâneas. Os seriados policiais e os documentários sobre crimes têm expressivo espaço em canais de grande audiência. Eles têm em comum, além de um vigoroso imaginário que legitima as instituições de segurança, seus procedimentos científicos, critérios e suposto compromisso com a justiça e a verdade, a solução dos crimes por meio da ciência, tais como a medicina forense e seus sofisticados recursos tecnológicos, a balística, perícia e a psiquiatria. Neste contexto, além disto, o uso de armas de fogo é praticamente naturalizado e vem até os espectadores como recurso necessário e justificável da vida em sociedades complexas. Assim também ocorre com o poder político instituído e suas instituições, jamais apresentadas como agentes capazes de ações de prepotência e de invasão da soberania de outros países (Iraque, Afeganistão, Cuba, entre outros). A legitimação do armamentismo, do poderio militar, da alta tecnologia aplicada a armas de destruição de massa é uma constante em filmes e documentários.

A ciência adquire assim mais um atributo mítico, ela é a justiceira, a perdigueira implacável da verdade e a purificadora da sociedade E, deste modo, fomenta no imaginário social apelos e imperativos de respeito, confiança e obediência. Soma credibilidade e suscita a adesão ao seu sistema, consolidando valores positivos relativos à instituição policial. Neste sentido, mais uma vez ela é heróica, uma espécie de guerreira justiceira que conquista legitimidade pela sua capacidade de provar a verdade dos fatos por meio da análise científica de suas evidências e provas periciais. Segundo Durand, o arquétipo do herói combatente está presente em todas as “*sociedades de homens*”. (DURAND: 2002, 163) Este herói solar está presente nos enredos dos seriados policiais. Ele encontra o criminoso, a arma de fogo, considerando este um arquétipo do elemento purificador, é a tecnologia que a ciência oferece para a limpeza, a purificação da sociedade de todo mal.

Ciência e Consumo: Imagina e Satisfaz Necessidades

A publicidade, na televisão fechada brasileira, abrange na maior parte, bens de empresas de telecomunicações (celulares), bancos, automóveis, perfumes e cosméticos de marcas internacionais, e, em escala bem inferior, utilidades domésticas e alimentos. Concernem a bens de consumo acessíveis somente a quem possui um alto padrão de vida. São, em sua maioria, originários de empresas estrangeiras multinacionais.

A mídia sustenta, de forma hegemônica e exaustiva, a tematização da vida cotidiana com base em sistemas abstratos, no discurso científico. Esta é, por excelência, a fala autorizada no âmbito da publicidade midiática para legitimar e consolidar modelos de sociabilidade e de interação social e, portanto, de formação de identidades. O discurso do consumo ancora-se, sobremaneira, na legitimidade das descobertas científicas. Cosméticos que contêm substâncias capazes de reverter o envelhecimento natural do corpo, supostamente capazes de remodelar corpos no sentido de torná-los idênticos aos padrões dominantes, de promover elevação da autoestima e fortalecer as bases do sentimento de pertencimento à cultura legitimada.

Instituições bancárias nacionais e estrangeiras oferecem garantias de assessoramento especializado de finanças pessoais e, com isto, sensações de poder diante de situações de instabilidade econômica do país ou pessoal. O dinheiro, a moeda corrente do prazer e o bilhete de ingresso no restrito universo da sociedade de consumo brasileira, é

representado publicitariamente como algo a ser tratado pelo sofisticado cálculo gerencial destas instituições.

Empresas de telefonia móvel competem assídua e insistentemente pela empatia de consumidores com suas promessas de superação das distâncias físicas regionais e continentais, simulando sensações de proximidade afetiva entre entes queridos por meio de suas tecnologias de comunicação. Nas entrelinhas de todas elas ecoa a promessa de que a tecnologia faz o planeta caber dentro de sua mão.

Automóveis são bens de consumo que abrem aos indivíduos os horizontes espaciais do prazer por meio da possibilidade de locomoção segura e controlada cientificamente pela alta tecnologia. Sensações de poder, de realização épica e heróica de conquistas territoriais compõem o argumento central que sustenta o consumo destes bens, a aquisição de novos modelos, a permanente atualização acerca dos novos atributos somados a tais produtos.

A publicidade recorre a indivíduos anônimos como fonte de legitimação do consumo de seus produtos. Muitas campanhas apresentam indivíduos externos ao circuito das celebridades, para demonstrar uma ideia de consumo na realidade cotidiana de qualquer indivíduo, não apenas de uma camada altamente exposta pela mídia. Assim, por exemplo, é recorrente a apresentação de produtos de limpeza, de utilidades domésticas, cosméticos e outros no ambiente da vida cotidiana de indivíduos anônimos. Isto confere ao consumo uma forma de legitimidade ampliada e disseminada no seio de toda a parcela do público que compartilha de semelhantes estruturas de vida.

Mas na relação entre indivíduo e estrutura, a individualização se confronta com matrizes estruturadas de processos sociais que estão além da vontade do indivíduo. Vale, a propósito de exemplo, constatar que a mídia não cria por si um senso de realidade desconectado da estruturação dos processos sociais. Assim como Giddens, Touraine e Habermas, também Elias vê na racionalização científica um procedimento substitutivo do pensamento mágico-mítico das sociedades primitivas e tradicionais. A razão científica é atributo de civilidade. Segundo Norbert Elias,

“A imagem idealizada da civilização dá a impressão de que todos os seus representantes são uniformemente civilizados. Esse não é o caso, entretanto. A abordagem científica da natureza representa alto nível de autocontrole, que é paralelo ao alto nível de controle do objeto. Aí, o teor de fantasia contido nos processos cognitivos dos indivíduos diminuiu, sua orientação para a realidade aumentou, e essa modalidade de pensamento ‘racional’ se enraizou tão profundamente e está tão amplamente espalhada pelas sociedades mais desenvolvidas, que se passou a considerá-la faculdade quase inata, dom natural partilhado por todos os humanos antes de qualquer experiência”. (ELIAS: 1998b, 256)

Esta racionalidade naturalizada, entretanto, não é uniforme entre os indivíduos em todas as instâncias de suas vidas. Para Elias, *“os perigos que os seres humanos representam uns para os outros estão em nível tão alto - senão maior – quanto o das etapas mais simples que se conhece”* Os conflitos entre nações, entre grupos étnicos, sociais, a violência urbana, a intolerância e demais fenômenos destrutivos são sintomas das contradições próprias desta racionalização naturalizada da experiência, cujos sistemas explicativos, muitas vezes, são eficazes em certo aspecto, mas não esgotam o espectro de variáveis passíveis de emergirem

em decorrência deles, cujas repercussões se transformam em novas fontes de ameaça à existência humana. Em suma,

“as diferenças nos graus de conduta civilizada correspondem às diferenças no grau de perigo e de controle do perigo nas diferentes esferas da vida. A dificuldade, como já foi indicado, é que a interdependência do controle do perigo e do autocontrole é circular. Assim, a questão se resume a como diminuir os perigos e aumentar o autocontrole e o controle do perigo de todos os envolvidos concomitantemente.” (ELIAS: 1998b, 258)

BIBLIOGRAFIA CITADA

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*, em ROMANO, Ruggiero (org.). Enciclopédia Einaudi, Vol. 5, Anthropos-Homem, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, pp. 296 a 332.

DURAND, Gilbert. *A Imaginação Simbólica*. Tradução Eliane F. Pereira, SP, Cultrix/Edusp, 1988.

_____. *As Estruturas Antropológicas do Imaginário – Introdução à Arquetipologia Geral*. 3ª ed., Tradução Hélder Godinho, SP, Martins Fontes, 2002

ELIAS, Norbert. *Sobre o Tempo*. Tradução Vera Ribeiro, RJ, Jorge Zahar Editor, 1998a.

_____. *Envolvimento e Alienação*. 1ª Ed., Tradução de Álvaro de Sá, RJ, Bertrand Brasil, 1998b.

GIDDENS, Anthony. *Modernity and Self-Identity*. Cambridge, Polity Press, 1992.

_____; BECK, Ulrich e LASH, Scott. *Reflexive Modernization - Politics, Traditions and Aesthetics in the Modern Social Order*. 1ª ed., California, Stanford University Press, 1994.

HABERMAS, Jürgen. *O Futuro da Natureza Humana*. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler SP, Martins Fontes, 2004.

LE BRETON, David. *Adeus ao Corpo: Antropologia e Sociedade*. Tradução Marina Appenzeller. Campinas, SP, Papirus, 2003.

RORTY, Richard. *Objetivismo, Relativismo e Verdade*. Tradução de Marco A. Casanova, RJ, Relume-Dumará, 1997.

SARLO, Beatriz. *Paisagens Imaginárias: Intelectuais, Arte e Meios de Comunicação*.
Tradução Rúbia Prates e Sérgio Molina, SP, Edusp, 1997.

SIQUEIRA, Denise da Costa O. *A Ciência na Televisão – Mito, Ritual e Espetáculo*. SP,
Annablume, 1999.